



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2016

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MANAUS/AM

PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2016

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Controle Interno (SCI) deste TJAM, em conformidade com o disposto no Art. 74 da Constituição Federal, no Art. 9º da Resolução 171/2013 e no Parecer nº 02/2013 - SCI/Presi/CNJ, apresenta este Plano Anual de Auditoria (PAA) para 2016 e submete à aprovação da Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça.

O PAA é um instrumento de planejamento de ações de controle a cargo desta SCI para o próximo exercício (2016), incluindo atividades de auditorias, fiscalizações, acompanhamentos, análises, inspeções, monitoramentos, que são definidas com base em critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco.

De acordo com o disposto no artigo 13 da Resolução CNJ nº171/2013, o PAA contempla ainda a realização de Ações Coordenadas de Auditoria propostas pelo CNJ que evidenciará as áreas prioritárias para realização, com sugestão de datas estimadas, para aplicação no âmbito de todas as unidades jurisdicionadas. Tais ações têm como objetivo o nivelamento das atividades de controle interno pelas unidades jurisdicionadas através da gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário, bem como o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade. Para 2016, como ainda não foi aprovada em Plenário,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

reservaremos o período comumente utilizado pelo CNJ, do qual aguardaremos proposta.

Outra atividade desenvolvida pela SCI e prevista no PAA é o Acompanhamento do processo de Prestação de Contas Anual. O objetivo do acompanhamento é contribuir para que o processo de prestação de contas seja entregue em conformidade com a legislação pertinente, dentro do prazo legalmente determinado, apontando inclusive, possíveis desvios, como forma de contribuir com o órgão de controle externo.

A elaboração do PAA deve guardar sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional, o Plano de Auditoria de Longo Prazo -PALP, o Plano de Obras para 2016, as diretrizes do CNJ e o estabelecido nos macro desafios do Poder Judiciário. O foco deve ser preventivo, voltado para a identificação e mitigação de riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos institucionais e das metas estratégicas.

No âmbito do TJAM, o PAA da Secretaria de Controle Interno para o exercício 2016 consiste no roteiro dos trabalhos que serão executados pela Coordenadoria de Auditoria e pela Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão. Os fatores considerados relevantes para a definição das prioridades nas ações de auditoria têm como base critérios técnicos. As áreas consideradas prioritárias para o PAA 2016 são as seguintes: Tecnologia da Informação, Engenharia, Licitação e Departamento Pessoal.

Os principais objetivos a serem alcançados através do plano são: verificar o cumprimento das normas internas, da legislação vigente, do estabelecido pelos órgãos de controle (CNJ, TCU e TCE) e o alinhamento com as estratégias organizacionais; verificar o nível de segurança e de resultados dos sistemas de controles internos adotados; verificar se a aplicação de recursos públicos está em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

eficácia; apresentar recomendações de melhorias, aprimoramento de controles, revisão, inclusão ou exclusão de procedimentos; identificar e divulgar as “boas práticas” de gestão (resultados positivos).

O PAA-2016 poderá sofrer alterações no decorrer do exercício caso ocorra necessidade de instauração de **Auditoria Especial** em função de fato, circunstância ou situação identificada nas atividades de controle. As auditorias especiais destinam-se a avaliar procedimentos não previstos no PAA, mas que em função de alguma constatação, até mesmo no acompanhamento da gestão, torne-se necessário o exame mais aprofundado da matéria. A instauração de auditoria especial poderá ser de ofício pela SCI ou por determinação da Presidência.

2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL

Para que a SCI possa cumprir sua missão institucional e contribuir com a qualidade e segurança dos serviços prestados no âmbito do TJAM, faz-se necessário contar com uma estrutura adequada de recursos humanos, materiais, infraestrutura e insumos. Resguardado o disposto na Meta 16 do CNJ quanto ao fortalecimento das áreas de controle interno (infraestrutura de pessoal) e a despeito da importância de compor um quadro de servidores com perfis que se coadunem com as atividades de auditoria em toda a sua complexidade, ressalta-se a necessidade de ampliar o atual quadro de pessoal da SCI, de sorte a atender com eficiência e eficácia demandas atuais e futuras deste Egrégio TJAM.

A equipe da SCI para 2016 está assim constituída:

Cargos/Funções	Quantidade
	e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Secretária de Controle Interno	1
Coordenador de Auditoria	1
Coordenador de Atos de	1
Auxiliar/FG-1	1
Analista Judiciário	1
Estagiário	2

A proposta de ampliação da equipe visa atender as diretrizes do Parecer nº02/2013 - SCI/Presi/CNJ e consiste no remanejamento interno ou ainda na contratação de profissionais para os seguintes cargos/funções:

Cargos/Funções	Quantidade
Contador	1
Engenheiro Civil	1

3. PLANO DE CAPACITAÇÃO

O Plano de Capacitação constitui um guia, um investimento na formação dos servidores que busca sanar deficiências, reciclar conhecimentos e, sobretudo, fomentar a qualificação do quadro técnico que compõe a unidade de controle, mantendo-os atualizados e aptos para o exercício da função. Trata-se do planejamento de ações para desenvolver competências essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais, fazendo frente à pluralidade de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

conhecimentos técnicos especializados demandados, dentro de uma cultura de formação continuada.

As ações planejadas para o exercício 2016, constantes neste documento, foram precedidas de cuidadoso levantamento de necessidades dentro de cada área da SCI, bem como da análise dos objetivos estratégicos institucionais e das ações desenvolvidas em 2015, fato que permitiu a identificação de prioridades de capacitação. O Plano não é estático e poderá sofrer alterações quando identificadas necessidades específicas de capacitação.

O plano de capacitação e desenvolvimento do quadro de funcionários desta SCI, previsto no Parecer nº 02/2013 - SCI/Presi/CNJ, deverá ser realizado em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento do Servidor - EASTJAM, mediante participação em seminários, simpósios, congressos, cursos técnicos, treinamentos e palestras ministradas por especialistas das seguintes áreas de Auditoria: Obras Públicas, Folha de Pagamento, Nova Contabilidade Pública, Controle de Patrimônio, Tecnologia da Informação, Adesão a Ata de Registro de Preço.

Dentre os cursos com conteúdos já divulgados pelo CNJ para 2016, solicitamos vagas para os seguintes:

CURSO	SERVIDOR
Auditoria em tecnologia da informação, com foco em avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, riscos e controle de TI e TIC;	Márcio Cesar Gomes Lima
Auditoria de obras, com foco em orçamento de obras e fiscalização da execução contratual;	Renée Bezerra Matos
Gestão de riscos, incluindo a gestão de processos, com enfoque no mapeamento de processo de trabalho como ferramenta para identificar riscos, controles e resultados;	Alessandra Gonçalves Corrêa
Construção e avaliação de indicadores de gestão;	Luciano Lucena de Medeiros
Auditoria de avaliação de controles Internos;	Alessandra Gonçalves Corrêa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Auditoria baseada em riscos;	Luciano Lucena de Medeiros
Auditoria governamental a distância;	Márcio Cesar Gomes Lima
Auditoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, com foco em adequação orçamentária e financeira, sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais, avaliação das metas do PPA e execução dos programas e do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.	Glenda Ramos Rodrigues de Campos

Adicionalmente, em busca de elevar o nível de conhecimento dos técnicos envolvidos no processo, além de ampliar, diversificar o campo de atuação da SCI, abrangendo um maior escopo de atividades que impactam o Planejamento Estratégico Institucional, solicitamos vagas nos Cursos abaixo relacionados:

1. Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
2. Elaboração de Relatório de Auditoria;
3. Desoneração de Contratos - Lei 12.546/2011.

Devemos considerar ainda a contratação de profissionais especializados para ministrar cursos no âmbito deste Egrégio Tribunal e a possibilidade de realização de cursos em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Amapá - TCE/AM, como forma de otimizar esforços, reduzir custos.

4. METODOLOGIA DE TRABALHO

As atividades propostas no presente Plano de 2016 serão desenvolvidas utilizando-se métodos e técnicas específicas para cada demanda, observando as Normas de Auditoria Governamental, as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

propostas da Resolução nº 171/2013 - CNJ, o Manual de Procedimentos de Auditoria do CNJ, o Manual de Auditoria Operacional do TCU, bem como as boas práticas adotadas pelos órgãos de controle no Brasil. As principais técnicas utilizadas serão as seguintes: entrevista, análise documental, conferência de cálculos, circularização, inspeção física, exames dos registros, correlação entre as informações obtidas, amostragem, observação e revisão analítica.

Considerando os objetivos estratégicos institucionais, as metas internas descritas no PALP 2014-2017 e o Parecer nº 02/2013 - SCI/Presi/CNJ, serão realizadas auditorias na área de TI / Patrimônio, Planejamento de Obras, Adesão à Ata de Registros de Preços e Folha de Pagamento, além das Ações Coordenadas propostas pelo CNJ e das atividades de Acompanhamento de Atos de Gestão.

Atendendo o estabelecido no PALP 2014-2017 deste TJAM, no decorrer do exercício de 2016, serão realizados os seguintes tipos de auditorias: de gestão, operacional, de resultado e de conformidade, além das ações coordenadas propostas pelo CNJ.

As unidades administrativas/divisões contempladas para exame serão: Divisão de Infraestrutura e Logística - DVIL; Divisão de Contratos e Convênios - DVCC; Divisão de Engenharia - DVENG; Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação - DVTIC, Divisão de Pessoal - DVPES, Divisão de Material e Patrimônio - DVMAP, Divisão de Orçamento e Finanças - DVOF e Comissão Permanente de Licitação - CPL.

4.1 Auditoria Interna e Auditoria de Acompanhamento de Atos da Gestão

Após a definição das áreas prioritárias a serem abordadas de acordo com as demandas da instituição, a execução dos trabalhos de Auditoria Interna e Auditoria de Acompanhamento de Atos da Gestão obedecerá o disposto no Manual de Procedimentos de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Auditoria, Inspeção Administrativa e Fiscalização, aprovado pela Presidência deste Egrégio Tribunal em 10/06/2014, objeto do processo administrativo nº 2014/13219.

A atuação desta Secretaria de Controle Interno terá prioridade nas atividades relacionadas nas sublinhas “e.1 a “e.4” da alínea “e” do item II do Parecer nº 02/2013 - SCI/Presi/CNJ, quais sejam:

e.1.2) na definição de procedimentos e medidas para evitar falhas de ordem operacional, acompanhar, a critério do órgão de controle interno, a execução das atividades em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, buscando evitar erros de ordem intencional, ou não, protegendo assim a fidelidade das informações geradas, com segurança e de forma a fornecer subsídios aos gestores quanto à tomada de decisão;

e.2) a unidade ou núcleo de controle interno não pode exercer o papel de assessoramento na definição de estratégias de riscos e sim aplicar exames de auditoria para avaliação do gerenciamento e da estratégia definida pela Administração na gestão de riscos, conforme evidenciado na pergunta 16.16 da Meta 16;

e.3) os auditores internos desempenham uma função essencial ao avaliar a eficácia do gerenciamento de riscos corporativos e ao recomendar melhorias, conforme as normas estabelecidas pelo *Institute of Internal Auditors* no Brasil, que estipula que a auditoria interna alcança a avaliação da confiabilidade das informações, a eficácia e a eficiência das operações e o cumprimento de leis e normas aplicáveis;

e.4) os auditores internos ao se incumbirem de suas responsabilidades assistem a alta administração no exame, na avaliação, na comunicação e na recomendação de melhorias para uma maior adequação e eficácia do gerenciamento de riscos corporativos da organização.

5. CRONOGRAMA

Os trabalhos de auditoria serão desenvolvidos nos períodos definidos nos cronogramas a seguir:

AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA 2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Nº	AÇÃO	RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO	INÍCIO	FIM	SETOR
1	Acompanhamento do processo de Prestação de Contas Anual - Exercício 2015.	O processo de prestação de contas anual deve estar em conformidade com a legislação pertinente. Trata-se do meio pelo qual o gestor presta conta à sociedade e aos órgãos de controle.	TCE-AM	Entregar o processo de Prestação de Contas em conformidade com a legislação pertinente, dentro do prazo legalmente determinado.	03/2016	03/2016	Secretaria Geral de Administração / Divisão de Orçamento e Finanças
2	Avaliação do nível de eficiência e eficácia dos procedimentos de manutenção dos equipamentos de TI, critérios de descarte, substituição e destinação.	O exame acerca do correto procedimento de manutenção e destinação dos equipamentos de TI implica na própria análise dos controles internos envolvidos na atividade. Trata-se de equipamentos de quantitativos e valores relevantes, o que torna necessária a análise em questão.	SCI	Verificar a existência de padrões e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos implantados. Verificar o nível de alinhamento dos procedimentos adotados às normas que regem o tema.	04/2016	05/2016	Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação/Divisão de Material e Patrimônio
3	Auditoria de Pessoal. Inativos/ aposentados e pensionistas.	Os processos de concessão de aposentadoria e pensão são complexos e representam significativo impacto orçamentário-financeiro (materialidade). Portanto, faz-se necessário avaliar a eficiência dos controles instituídos, considerando os riscos inerentes tais como a possibilidade de inconsistências nos processos de concessão de aposentadoria e pensão, o descumprimento da legislação e a ausência de formalidades.	SCI	Avaliação da conformidade dos processos de inclusão de inativos na folha de pagamento. Verificar os atos de concessão de aposentadoria e pensão, sob o aspecto da regularidade dos atos, dos valores envolvidos além dos respectivos cadastramentos no sistema de Gestão de Recursos Humanos.	06/2016	07/2016	Divisão de Pessoal
4	Auditoria Coordenada - CNJ -	Aguardando definição CNJ	Aguardando definição CNJ	Aguardando definição CNJ			Aguardando definição CNJ
5	Auditoria Planejamento de Obras e Serviços de Engenharia.	A gestão antieconômica em obras públicas no Brasil vem de longas datas e reside em todas as esferas governamentais. Os principais abusos são o sobrepreço e o superfaturamento, ocasionados quase sempre pela falta de planejamento. Um bom planejamento pode impactar na minoração de riscos, tais como os inerentes à alteração de projetos, dilação de prazos, aditamentos contratuais, paralizações de obras e alterações de preços, além de reduzir as margens para	SCI	Verificar os critérios utilizados no Planejamento de Obras de Engenharia, a execução dos Estudos Preliminares e a elaboração do Projeto Básico, com base nas definições previstas na Resolução CNJ nº114/2010 e IN 03/2012 TJAM.	08/2016	09/2016	Divisão de Engenharia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

		alavancagens financeiras indevidas patrocinadas por empresas inidôneas.					
6	Elaboração do Plano Anual de Auditoria 2017	Exposição da SCI acerca das ações que deverão ser desenvolvidas no exercício 2016	SCI	Informar previamente à Presidência as atividades e setores que serão auditadas.	10/2016	11/2016	Não se aplica
7	Auditoria de conformidade dos processos de Adesão à Ata de Registro de Preço (internas e externas).	O objetivo das adesões deve estar sempre pautado no princípio da economicidade, porém há vários critérios a serem considerados até a decisão pela adesão como melhor solução de gestão. Alguns deles são: valores de mercado, adaptação à realidade, quantitativo suficiente, disponibilidade de fornecimento, entre outros.	SCI	Selecionar 2 (dois) processos de Adesão à Ata de Registro de Preço. Analisar os critérios utilizados para escolha da modalidade. Verificar a compatibilidade do objeto com o enquadramento legal.	11/2016	12/2016	Divisão de Infraestrutura e Logística



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA - Avaliação da Gestão													
Nº	ATIVIDADE	MÊS											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	Acompanhamento do processo de Prestação de Contas Anual - Exercício 2015.			x									
2	Avaliação do nível de eficiência e eficácia dos procedimentos de manutenção dos equipamentos de TI, critérios de descarte, substituição e destinação.				x	x							
3	Auditoria de Pessoal. Inativos/ aposentados e pensionistas.						x	x					
4	Auditoria Coordenada - CNJ -												
5	Auditoria Planejamento de Obras e Serviços de Engenharia								x	x			
6	Elaboração do Plano Anual de Auditoria 2017										x	x	
7	Auditoria de conformidade dos processos de Adesão à Ata de Registro de Preço (internas e externas).											x	x



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO

A.1 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DIVISÃO DE PESSOAL

Ação 1.1	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Auditar as inserções / alterações de cadastros no sistema de gestão de recursos humanos.	Inconsistência de informações no sistema de gerenciamento de recursos humanos.	Control e Interno	Analisar as inserções / alterações no sistema informatizado de recursos humanos.	Amostra baseada no cronograma do grupo de trabalho destinado a atualizar os dados cadastrais no referido sistema.	Mensal	Divisão de Recursos Humanos	1:80	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
Ação 1.2	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Verificar os atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.	Possibilidade de inconsistências nos processos de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão. Descumprimento da legislação, ausência de formalidades.	Control e Interno	Verificar os atos de aposentadoria, pensão, admissão, sob o aspecto da regularidade dos atos e respectivos cadastramentos no sistema de Gestão de Recursos Humanos.	Acompanhar os atos de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão, verificando a consistência dos mesmos.	Mensal	Divisão de Pessoal Diário da Justiça Eletrônico Sistema de Gestão de Recursos Humanos.	1:80	CF/88 Lei nº 1.762/86 LC nº 30/01 LC nº 17/67
Ação 1.3	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Auditar as inserções / alterações de cadastros no sistema de Folha de pagamento	Inconsistência de informações no sistema de gerenciamento da folha de pagamento	Control e Interno	Analisar as inserções / alterações no sistema de folha de pagamento por meio do	Aferir se as alterações na folha de pagamento estão em conformidade com os	Mensal	Divisão de Pessoal - Setor de Folha de Pagamento	1:80	Sistema PRODAM / GRH / CPA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

do TJAM.	pagamento.		DOC 30 / PRODAM.	Atos Administrati vos expedidos pela Administraç ão.				
----------	------------	--	---------------------	--	--	--	--	--

AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO

A.2 - GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Ação 2.1	Risco Inerente	Origem da Deman da	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicida de	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Auditar a concessão de diárias e passagens aéreas.	Inobservância às normas vigentes quanto a concessão de diárias. Não cumprimento de cláusulas contratuais.	Controle Interno	Verificar a legalidade do ato de concessão, inibindo pagamentos indevidos. Analisar o cumprimento de cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de passagens aéreas.	Análise dos processos de concessão de diárias e passagens aéreas.	Mensal	Divisão de Infraestrutura e Logística	1:100	Lei Ordinária nº 1.762/1986 Portaria nº 1.089/2009 TJ Portaria nº 322/2010 TJ Resolução nº 73/2009 - CNJ
Ação 2.2	Risco Inerente	Origem da Deman da	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicida de	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Analisar os procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação.	Inobservância às normas vigentes quanto a dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Controle Interno	Verificar a legalidade dos processos de dispensa ou inexigibilidade.	Processos de dispensa e inexigibilidade	Mensal	Divisão de Infraestrutura e Logística.	1:100	Lei n.º 8.666/93
Ação 2.3	Risco Inerente	Origem da Deman da	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicida de	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Examinar os procedimentos do sistema de abastecimento (gasolina e diesel) com o uso de cartão-combustível.	Ineficácia dos controles no gerenciamento da utilização do cartão-combustível. Desperdício de recursos financeiros.	Controle Interno	Verificar a eficácia do gerenciamento e dos controles, evitando a utilização inadequada do cartão-combustível.	Analisar os relatórios mensais da Central de Transporte.	Mensal	Divisão de Infraestrutura e Logística / Central de Transportes	1:50	Instrução Normativa nº 01-TJ, de 06/02/2012.
--	--	------------------	--	--	--------	--	------	--

AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO

A.3 - GESTÃO PATRIMONIAL

Ação 3.1	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Análise dos registros e controles dos bens patrimoniais de Informática	Falhas nos registros dos bens patrimoniais	Controle Interno - TJAM Controle Interno - CNJ	Auditar os registros e controles dos bens de informática.	Análise do controle dos bens de informática. Destinação dos bens doados pelo CNJ. Responsabilidades da comissão para receber os equipamentos. Estado de conservação dos bens.	Trimestral	Divisão de Tecnologia da Informação e Divisão de Patrimônio	1:50	Sistema de controle de material
Ação 3.2	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
			Verificar o cumprimento das determinações	Examinar os procedimentos de controle dos bens. Verificar se os				Princípios Fundamentais de Contabilidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Analisar o sistema de controle patrimonial	Falhas nos registros dos bens patrimoniais.	Controle Interno	ões legais durante o processo de registros oficiais dos bens patrimoniais. Avaliar se há integridade e confiabilidade dos dados patrimoniais.	termos de responsabilidade de estão devidamente atualizados e adequadamente formalizados. Verificar a adequada destinação dada aos bens inservíveis até a baixa dos controles patrimoniais.	Trimestral	Divisão de Patrimônio	1:100	e Lei 4.320/64 Lei 8.666/93 Demais legislações correlatas Sistema de controle patrimonial
--	---	------------------	--	---	------------	-----------------------	-------	---

ACÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO

A.4 - GESTÃO CONTRATUAL E SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

Ação 4.1	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Análise da adequação dos procedimentos de formalização, execução e encerramento dos contratos.	Interrupção dos serviços contratados. Desperdício de recursos orçamentários. Notificações dos órgãos de controle. Cancelamento de contratos. Possíveis demandas trabalhistas.	Controle Interno (CNJ)	Analisar o cumprimento das cláusulas contratuais, o acompanhamento e o gerenciamento da execução dos serviços contratados.	Verificar se as informações do contrato e dos termos aditivos cumprem com os fundamentos legais. Analisar os procedimentos de controle adotados pelos fiscais dos	Bimestral	Divisão de Contratos e Convênios	1:150	Lei n.º 8.666/93 e correlatas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

				contratos.				
Ação 4.2	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Análise dos Processos Licitatórios	Impropriedades na elaboração e formalização de editais.	Controle Interno	Analisar, quanto à instrução de processos e procedimentos de licitação, o cumprimento dos princípios legais e normas administrativas.	Verificar a legalidade e formalidade do certame, identificando a existência de impropriedades nos processos licitatórios. Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores detectados.	Bimestral	Comissão Permanente de Licitação (Sistema de Gestão de Processos Digitais)	1:150	Lei n.º 8.666/93 Dec. n.º 3.555/00 Lei n.º 10.520/02.

AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO

A.5 - ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

Ação 5.1	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Acompanhar a implementação	Não	CNJ	Verificar a	Todas as	Mensal (de			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ção das recomendações dos órgãos / unidades de controle externo e interno.	cumprimento das recomendações ocasionando possíveis punições.	TCE SCI	implementação das recomendações dos agentes de controle interno e externo.	recomendações que envolvam as atividades da área administrativa.	acordo com a publicação das recomendações)	Diversos		Diversificado
Ação 5.2	Risco Inerente	Origem da Demanda	Objetivos da Auditoria	Escopo	Periodicidade	Local	Recursos Humanos	
							H/h	Conhecimento
Acompanhar a implementação das recomendações feitas pelas auditorias realizadas nos anos de 2014/2015	Não cumprimento das recomendações ocasionando possíveis punições pelos órgãos de controle externo.	SCI	Verificar a implementação das recomendações sugeridas pelos agentes de controle interno para a Administração	Todas as recomendações que envolvam as atividades da área administrativa	Mensal (de acordo com a publicação das recomendações)	Diversos		Parecer nº 02/2013 - SCI/Presi/CNJ Resolução 171/2013 - CNJ

CRONOGRAMA DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO - 2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

AUDITORIA		MÊS											
		Jan	Fe v	Ma r	Ab r	Ma i	Jun	Jul	Ag o	Se t	Ou t	No v	De z
Gestão de Recursos Humanos e Divisão de Pessoal		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Gestão de Infraestrutura e Logística		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Gestão Patrimonial	Almoxarifado		x			x			x			x	
	Patrimônio			x			x			x			x
Gestão Contratual e Suprimento de Bens e Serviços			x		x		x		x		x		x
Acompanhamento da Implementação de Recomendações		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

6. CONCLUSÃO

As auditorias internas previstas para o exercício 2016 poderão sofrer alterações quanto ao seu objeto ou até mesmo quanto ao seu tempo estimado devido a contingências das mais diversas ordens, tais como a realização de auditorias não planejadas (especiais), fatos observados que exijam ampliar, reduzir ou redirecionar o escopo da auditoria, contratações com elevado nível de criticidade, desfalques na equipe de auditores, além de ocorrências motivadas por circunstâncias excepcionais (denúncia, divulgação em imprensa, etc.). Toda e qualquer alteração relevante do PAA-2016 que se fizer necessária, será submetida à análise e autorização da Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça.

As demais atribuições afetas a Secretariaria do Controle Interno serão objeto de análise, levantamento, fiscalização ou monitoramento no decorrer do ano e conforme determinação da alta administração ou necessidade do Tribunal.

Este Plano foi elaborado em sintonia com os objetivos estratégicos institucionais tanto do TJAM quanto do CNJ. Sua aprovação e a boa execução dos trabalhos sugeridos permitirá que a Equipe da SCI atue junto às unidades auditadas, colaborando para a o aprimoramento dos controles existentes e implantação de novos controles em busca da eficiência e eficácia dos processos de trabalho.

Dessa forma, submeto este plano anual de auditoria a análise e aprovação da Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Manaus, 18 de novembro de 2015.

Alessandra Gonçalves Corrêa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Secretária de Controle Interno - SCCIGAF

Luciano Lucena de Medeiros

Coordenador de Acompanhamento de Atos de Gestão - SCCIGAF